



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

**TERMO DE FOMENTO Nº SETADES/028/2021
QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO,
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -
SETADES E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E
AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITÓRIA –
APAE VITÓRIA.**

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SETADES**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.252.312/0001-80, com sede na Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower, CEP 29.057-530, Barro Vermelho, Vitória, ES, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representado por sua Secretária de Estado, a Sra. **CYNTIA FIGUEIRA GRILLO** portadora da CI nº [REDAZIDA] órgão expedidor SPTC/ES e inscrita no CPF sob o n.º [REDAZIDA], e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITÓRIA – APAE VITÓRIA**, inscrito no CNPJ sob nº. 28.163.228/0001-11, com sede à Rua Aluysio Simões, nº 185, Bento Ferreira – Vitória, ES, CEP: 29.050-637, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada pelo Sr. **HERCULES DA SILVA FALCÃO**, portador da CI nº [REDAZIDA], órgão expedidor SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº. [REDAZIDA], resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº **2021-X7H9D** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento tem por objeto Cooperação técnica e financeira para melhoria do acolhimento e manutenção do atendimento com qualidade aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo do SCFV pela APAE de Vitória, com extensão às famílias, cujos recursos destinam-se à aquisição de materiais permanentes (aparelhos de ar condicionado e aparelho telefônico celular) e pagamento de despesas para manutenção dos serviços, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 45.469,68** (quarenta e cinco mil quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, recursos no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária 47.901.08.244.0191.2239, UG 470901, Gestão 47901, conforme discriminação abaixo:

Fonte: 101 ED: 445042 - R\$ 20.000,00

Fonte: 101 ED: 335043 - R\$ 25.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de R\$ 469,68 (quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

4.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
- III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/07/2022, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 – A execução física do objeto será acompanhada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por intermédio da Subsecretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SUBADES, observado o disposto no artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, ficando, desde já, designados por meio do Resumo do Termo de Fomento os gestores e suplentes que exercerão suas atribuições em conformidade com o artigo 61 da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.



**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória - ES, de de 2021.

CYNTIA FIQUEIRA GRILLO

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

HERCULES DA SILVA FALCÃO

Presidente da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITÓRIA – APAE
VITÓRIA

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 20/08/2021 11:14:05 -03:00

HÉRCULES DA SILVA FALCÃO
CIDADÃO
assinado em 20/08/2021 09:53:03 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/08/2021 11:14:06 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (SUPERVISOR I QC-01 - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-L2QT52>

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015)

1. DADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social		CNPJ 03.252.312/0001-80
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Dr. João Carlos de Souza nº 107, Ed. Green Tower		
Bairro Barro Vermelho	Cidade Vitória	CEP 29.057-530
E-mail da Instituição convenios@setades.es.gov.br		Sítio eletrônico https://setades.es.gov.br/
Telefone 1 (27) 3636-6810	Telefone 2 (27) 3636-6807	Telefone 3 (27) 3636-6806

2. DADOS GERAIS DA PROPONENTE

Nome ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VITÓRIA		CNPJ 28.163.228/0001-11
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Rua Aluysio Simões, 185		
Bairro Bento Ferreira	Cidade Vitória/ES	CEP 29050-637
E-mail da Instituição convenios@apaevitoria.org.br		Sítio eletrônico de divulgação da parceria www.apaees.org.br/vitoria
Local físico de divulgação da parceria Quadros murais da APAE de Vitória – Rua Aluysio Simões, 185 – Bento Ferreira – Vitória/ES		
Telefone 1 (27) 2104-4000	Telefone 2 (27) 2104-4015	Telefone 3 (27) 2104-4020

3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA PROPONENTE

Nome Hércules da Silva Falcão		CPF: [REDACTED]	
Nº RG [REDACTED]	Órgão Expedidor SSP/ES	Cargo na OSC Presidente	Mandato vigente até 31/12/2022
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) [REDACTED]			
Bairro [REDACTED]	Cidade [REDACTED]	CEP [REDACTED]	
Telefone 1 [REDACTED]	Telefone 2 [REDACTED]	Telefone 3 [REDACTED]	

4. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO

Nome: Fernanda Alvarenga Silva Rios		
Área de Formação Terapia Ocupacional	Nº do Registro no Conselho Profissional [REDACTED]	
[REDACTED]		
[REDACTED]	Cidade: [REDACTED]	CEP: [REDACTED]
E-mail do Técnico: conselhos@apaevitoria.org.br; cenas@apaevitoria.org.br		
Telefone do Técnico 1: [REDACTED]	Telefone do Técnico 2: [REDACTED]	

5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória - APAE de Vitória é uma associação filantrópica, beneficente, de assistência social, que atua nas áreas de assistência, saúde, defesa dos direitos e educação, entre outras. Há 54 anos presta relevantes serviços à comunidade, oferecendo atendimento especializado a crianças, adolescentes, jovens, adultos e pessoas em fase de envelhecimento, com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo, e suas famílias, nas áreas de estimulação, reabilitação, convivência sociofamiliar, inclusão no mercado de trabalho e defesa dos direitos na sociedade.

Sua missão é “Promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio à família, direcionadas à inclusão social, à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária”.

É inscrita e tem assento nos Conselhos Municipais de Assistência Social (COMASV), Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente (CONCAV), de Saúde (CMSV), e é certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e como entidade de Utilidade Pública Estadual e Municipal.

A APAE de Vitória conta com uma equipe multiprofissional, composta de assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, médicos, farmacêuticos bioquímicos, fonoaudiólogos, pedagogos, agentes educadores, instrutores, dentistas, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, educadores físicos e profissionais da área de administração e do direito, para atender as áreas de assistência social, saúde e educação.

A **área de saúde** é composta pelo Centro de Diagnóstico, que realiza atendimento especializado na área de prevenção, através da Triagem Neonatal, cuja implantação no Estado do Espírito Santo foi uma iniciativa pioneira da APAE de Vitória, no ano de 1992.

Atuando como Serviço de Referência, a APAE de Vitória realiza a Triagem Neonatal, mais conhecida como “Teste do Pezinho”, em todos os recém-nascidos vivos do Estado; são realizados, em média, 3.870 atendimentos/ano no ambulatório e analisados mais de 44.000 Testes do Pezinho/ano.

Ainda, compõe a área de saúde, o Centro Clínico, que foi criado com o objetivo de prestar atendimentos de saúde aos alunos inseridos na área pedagógica e, atualmente, atende à demanda de todo o município de Vitória, com uma média de 60.000 atendimentos clínicos terapêuticos por ano.

Na **área da educação**, a APAE é mantenedora do Centro de Atendimento Educacional Especializado “Zezé Gabeira” (CAEE), que tem por objetivo propiciar condições que desenvolvam liberdade e autonomia, para que o aluno com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou com espectro autista possa construir sua inteligência, dentro de um quadro de recursos intelectuais que lhe são disponíveis, tornando-se agente capaz de produzir significado/conhecimento. Atualmente são atendidos 188 alunos.

Na **área social**, em 2010, foi criado o Centro de Assistência Social, que surgiu da necessidade de estruturar a assistência social, visando melhor organizar os serviços oferecidos pela instituição e, também, para atender a uma orientação da Federação Estadual das APAES, no sentido de reestruturar a assistência social, uma vez que a própria APAE se caracteriza como instituição de “Assistência social”, inscrita nos conselhos nacional, estadual e municipal como “Entidade Beneficente” de assistência social.

Conforme Resolução CNAS nº109, de 11 de novembro de 2009, a APAE de Vitória integra a rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Vitória, atuando com **atendimento** de serviços socioassistenciais organizados por níveis de complexidade do SUAS, a saber:

Proteção Social Básica:

No ano de 2010, já se adequando à Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, a APAE de Vitória criou o Centro de Convivência, reorganizando a configuração dos serviços socioassistenciais ofertados, instituindo oficinas socioeducativas para os usuários e suas famílias, prevendo o fortalecimento de vínculos e a ampliação da rede de pessoas com quem as famílias compartilham vivências, e conforme a Resolução nº 35, de 29 de novembro de 2011 do CNAS, no inciso II do Art. 2º:

“Elaboração de proposta de inclusão, no item da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais referente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, das especificidades da faixa etária de 18 a 59 anos, definindo a descrição específica das vulnerabilidades decorrentes da ausência ou insuficiência de renda, situação de extrema pobreza, não acesso ao mundo do trabalho, deficiências ou dependência gerada de patologias crônicas”.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado pela APAE de Vitória atende a pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo, preferencialmente residentes no município de Vitória, na faixa etária superior a 16 anos, sem limite superior de idade, assegurando espaço de convivência com atividades socioeducativas, lúdicas, socioculturais e esportivas.

É nas atividades socioeducativas que são desenvolvidos eixos temáticos, como o direito de ser, a convivência social e a participação social, peculiares ao SCFV, conforme documento do MDS, publicado em 04 de abril de 2016 *“Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)”*. Assim, instrutores e oficinairos participam de reunião de equipe mensal visando o planejamento e posterior execução das atividades, por eixo temático, em todas as oficinas propostas, como forma de integrar o usuário nas diversas áreas de conhecimento e ao convívio em grupo.

Com a demanda de 230 usuários e capacidade máxima de atendimento de 260 usuários, o Centro de Convivência funciona todos os dias da semana: os atendimentos ocorrem duas vezes por semana, segundas e quartas-feiras ou terças e quintas-feiras, nos turnos matutino, de 07h às 11h, e vespertino, de 13h às 17h.

As Oficinas socioeducativas ofertadas hoje pelo serviço são:

Oficina de Artesanato: A Oficina de Artesanato desenvolve atividades que promovem a aprendizagem de diversas técnicas de artesanato, com princípio, meio e fim, utilizando materiais de baixo custo e recicláveis. Possibilita o desenvolvimento das potencialidades e competências, da coordenação motora, do maior equilíbrio emocional e autoestima, e o incentivo às relações interpessoais entre os participantes. Promove a autonomia e a independência, o lazer e o fazer artístico, contribuindo para a melhor qualidade de vida e para o reconhecimento do indivíduo enquanto cidadão.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Atividade Física Adaptada: O profissional de educação física realiza atividades lúdicas, que buscam a melhoria da qualidade de vida dos usuários, proporcionando um estilo de vida ativo. As atividades executadas têm como objetivo: o desenvolvimento das habilidades motoras e funcionais, para uma melhor realização das atividades de vida diária, diminuindo o grau de dependência/incapacidades dos usuários; o favorecimento de elos de amizade, com foco no fortalecimento de vínculos entre os participantes, com extensão à família.

Oficina de Cozinha Experimental: Essa oficina objetiva orientar os usuários e familiares para o desenvolvimento de atividades na área de culinária e gastronomia em regime de economia doméstica de forma autônoma, promovendo sociabilidade que envolva o fazer em família, e/ou entre famílias, por meio de atividades grupais significativas no contexto das realidades locais e para a família e seus membros.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Oficina de Artes: A arte é um valioso agente de inclusão social, por meio dela, muitas pessoas com deficiência conseguem expressar seus sentimentos, exteriorizar suas emoções, além de pôr em prática a sua criatividade. Com o objetivo de promover estímulo à criatividade e auxiliar na mobilidade da pessoa com deficiência intelectual propomos uma oficina de experimentação em pintura, desenho, mosaico, papietagem, onde haja espaço para o encontro, a imaginação e a percepção. Por meio dessas atividades e experiências são propiciadas a desenvolvimento ou ampliação das redes de suporte e de trocas sociais, afetivas e de informações entre os participantes.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Oficina de AVD - Atividades da Vida Diária: Nesta oficina são realizados atendimentos semanais em grupo com o Terapeuta Ocupacional, em espaço físico preparado e diferenciado para proporcionar experimentação e treinamento de atividades cotidianas, onde os usuários desenvolvem suas potencialidades, independência e autonomia, favorecendo a capacidade adaptativa, proporcionando o enfrentamento de situações novas, que servirão de base para superação de suas incapacidades. O objetivo é promover a maior autonomia dos usuários, utilizando um espaço similar ao ambiente doméstico, com sala, quarto, cozinha, banheiro, no entanto todo adaptado, especialmente pensado e desenvolvido por Terapeutas Ocupacionais para avaliação, indicação, prescrição, estimulação, treinamento e orientação de atividades do cotidiano e de recursos de tecnologia assistiva. Disponibiliza seus conhecimentos, informações e tecnologias para auxiliar pessoas, famílias, grupos e comunidades na organização e sustentabilidade de sua vida cotidiana, no que diz respeito a atividades de vida diária e de vida prática.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Oficina de Sublimação: Propõe um ambiente artístico e criador de arte, construído com o objetivo de ressaltar o conhecimento, a história e o desejo de cada sujeito envolvido, possibilitando a troca de experiências e saberes no campo estético e criativo. A implantação da Oficina de Sublimação diversificou as atividades ofertadas, trazendo um novo conhecimento e despertando a criatividade nos usuários. Desenvolvendo ações de inclusão e de acesso às tecnologias e informação como ferramentas de empoderamento pessoal e social.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Oficina de Comunicação: A oficina de comunicação, além de informar, pretende estimular os usuários a observar e analisar situações, eventos e possíveis problemas. Tem por objetivo compartilhar experiências, ideias e sentimentos, buscando novas formas de ver, de refletir sobre os assuntos tratados, ampliando assim a capacidade de observação crítica. O intuito é que os usuários participem da redação e edição do Jornal Convivência em Foco, que hoje é produzido pela equipe do Centro de Convivência e oportunize aos usuários criar conteúdo para o Instagram “Convivência em foco”, trabalhando ainda o uso adequado das Redes Sociais. A partir dessa Oficina será criada a Rádio do Intervalo, onde os usuários serão os comunicadores e DJ’s (programador), criando um espaço de interação entre os usuários, os familiares e os colaboradores do serviço.

Oficina de Meio Ambiente: Esta oficina justifica-se pela acessibilidade que permite à pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo aos conteúdos práticos referentes ao meio ambiente, sua preservação, utilização consciente e produção artesanal reciclável. Tem como objetivo instaurar no ambiente da APAE de Vitória a cultura da construção de conhecimentos sobre educação ambiental e alimentação saudável por meio da interação, troca de experiências e práticas manuais. Sua execução ocorre através da construção e manutenção de horta; produção artesanal com materiais recicláveis; visitas técnicas (não periódicas) a locais com programas de educação ambiental como parques, orquidários, e outros afins. Propõe a realização de atividades que favorecem o acesso a experiências diversas, expressivas, sustentáveis entre outras, bem como a consolidação de relações dialógicas pautadas pela cidadania e pelo reconhecimento do valor da diversidade de saberes.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Oficina de Música: São desenvolvidas atividades musicais, visando à construção de laços de solidariedade, para o estabelecimento de interações positivas e para acionar forças de pertencimento entre os sujeitos atendidos, promovendo a construção de novas perspectivas de vida, baseadas em autoestima, empoderamento, autonomia, solidariedade, dignidade e cidadania, compreendendo e utilizando a música como um dispositivo social, que proporciona a construção de sociabilidades e de ampliação dos campos de ação dos sujeitos nas suas realidades. As Oficinas partem sempre de atividades coletivas, que integram vivência dos conteúdos a serem desenvolvidos; a música contribui para a formação integral do indivíduo, reconhece os valores culturais, estimula o senso da estética, alimenta a criatividade, promove a participação social e a expressividade e introduz o sentido de parceria e cooperação.

A oficina é ofertada de 2ª a 5ª feira, nos horários de 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00. Cada oficina tem duração de 50 minutos e possui 12 vagas.

Grupos Culturais e Artísticos: São formados por usuários que estão desenvolvendo experiências e habilidades na área artística. Com foco em música, teatro e dança as atividades contribuem para um processo de aprendizagem vivencial, abrangendo diversos níveis do desenvolvimento cognitivo, emocional, atitudinal, físico e comportamental. Propõe a realização de atividades que favorecem o acesso a experiências diversas de manifestações culturais, artísticas e expressivas, desportivas, ritualísticas, linguísticas entre outras, bem como a consolidação de relações dialógicas pautadas pela cidadania e pelo reconhecimento do valor da diversidade de saberes.

As atividades são realizadas uma vez por semana, sempre às sextas-feiras, de 07h às 16h, e são destinadas aos usuários que apresentam aptidão e interesse em se integrar aos grupos propostos, com a possibilidade dos participantes se apresentarem em eventos internos e externos.

O objetivo é promover estratégias e alternativas para que as famílias realizem atividades significativas, facilitadoras de trocas sociais e afetivas, valorizando seus pontos de vista e conhecimentos, proporcionando o aumento das redes de suporte e dos processos de inclusão social. A proposta é de oportunizar durante as atividades, um espaço de Roda de Conversa, propiciando a materialização de histórias familiares e/ou pessoais, em atividades confeccionadas em um atelier de costura – um espaço de fomento e de despertar de potencialidades. Ao tecer essas rodas de conversa, o Centro de Convivência oportunizará o resgate do sentimento de pertencimento, o empoderamento, a autonomia e principalmente o fortalecimento de vínculos destas famílias.

É importante ressaltar que as famílias dos usuários se encontram em situação de vulnerabilidade social, já que sobrevivem com baixo poder aquisitivo (a maioria sobrevive de benefícios de transferência de renda).

O SCFV possui caráter preventivo às situações de vulnerabilidade e risco social e proativo ao contribuir para o desenvolvimento de capacidades, potencialidades e autonomia dos usuários, o fortalecimento de vínculos nas relações familiares e comunitárias e à ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais à pessoa com deficiência, com extensão às suas famílias.

Além de instrutores e oficinairos, habilitados ao desenvolvimento de oficinas socioeducativas, o Centro de Convivência conta hoje com equipe especializada, composta por Assistente Social, Psicóloga e Terapeuta Ocupacional responsáveis pela identificação de situações de vulnerabilidade e risco social dos usuários, por intervenções protetivas relacionadas à garantia de direitos e pelo acompanhamento familiar, com foco no fortalecimento de vínculos.

Proteção Social Especial:

Esse Centro atua nas diferentes fases do desenvolvimento da população com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo, acompanhada e atendida pela instituição, com o objetivo de promover a inclusão social, a autonomia e a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Essa intervenção promove a diminuição da exclusão social, tanto do usuário quanto do cuidador/família, da sobrecarga decorrente da situação de dependência/prestação de cuidados prolongados, bem como, da interrupção e superação das violações de direitos que fragilizam a autonomia e intensificam o grau de dependência da pessoa com deficiência.

Acompanhamento Sociofamiliar

Podemos afirmar que a APAE de Vitória atua tanto na Proteção Social Básica, quanto na Proteção Social Especial de Média Complexidade, enquadrando-se em todos os aspectos garantidos na Resolução nº 109, do CNAS, que trata da tipificação dos serviços prestados pelas entidades beneficentes de assistência social e respaldada pelo SUAS, no que tange aos direitos da pessoa com deficiência.

Atuam junto às famílias os seguintes técnicos:

Assistente Social: Realiza apoio aos usuários e famílias (individual e grupo), atendimento ao usuário, de forma individual e/ou grupal, para instruções quanto à convivência e sociabilidade e à defesa de direito e participação popular.

Reavalia periodicamente os usuários, promove Rodas de Conversa, debatendo temas relacionados aos direitos da pessoa com deficiência, realizando encaminhamentos quando necessário, mantendo contato permanente com as famílias, orientando-as, apoiando-as e esclarecendo-as sobre o trabalho desenvolvido pela entidade com seus filhos, procurando, envolve-las no processo reabilitador desenvolvido no setor.

Efetua visita domiciliar para acompanhamento dos usuários, e visitas às empresas para preparação de seus profissionais no processo de inclusão no mundo do trabalho e para acompanhamento dos aprendizes no processo de inclusão.

Participa de reuniões de estudo de casos, decisões e ações da equipe, colaborando nas questões específicas do seu campo, elaboração de projetos, planejamento junto à equipe, supervisão de estágio, representa a instituição em conselhos de direito e realiza supervisão de estágio.

Psicólogo: Realiza apoio psicológico aos usuários e famílias (individual e grupo) e reavaliações periódicas dos usuários, ministra palestras, realiza visita domiciliar aos usuários para acompanhamento. Participa de reuniões de estudo de casos, decisões e ações da equipe, colaborando nas questões específicas do seu campo, elaboração de projetos, planejamento junto à equipe, realiza orientação dos agentes educadores, instrutores e demais funcionários sobre o nível de desenvolvimento de cada usuário e participa na elaboração do plano de atividades a serem desenvolvidas em nível de sala/ oficina, supervisão de estágio e colabora nas seleções para contratação dos profissionais que atuam no Centro.

Terapeuta Ocupacional: Efetua visita domiciliar a pessoas com deficiências e suas famílias, visando a valorização de saberes e modos de vida, de laços familiares existentes e do diálogo permanente entre profissionais e moradores dos domicílios. Participa de reuniões de estudo de casos, decisões e ações da equipe, colaborando nas questões específicas do seu campo, elaboração de projetos, planejamento junto à equipe, realiza orientação dos agentes educadores, instrutores e demais funcionários sobre o nível de desenvolvimento de cada usuário, participa na elaboração do plano de atividades a serem desenvolvidas em nível de sala/oficina, supervisão de estágio.

Possibilita que as pessoas com deficiência e seus familiares realizem atividades significativas, facilitadoras de trocas sociais e afetivas na família e na comunidade. Desenvolve atividades que apoiem a pessoa com deficiência no desenvolvimento de suas atividades da vida cotidiana valorizando seus pontos de vista e conhecimento.

Promove a participação na vida familiar e comunitária de pessoas com deficiências, identificando necessidades e demandas individuais e familiares, removendo barreiras (atitudinais e físicas) nos ambientes e territórios em que participam, como também buscando recursos para o desenvolvimento de potencialidades.

Portanto, toda a equipe técnica socioassistencial atua no fortalecimento do vínculo familiar por meio da proposição de atividades grupais significativas para a família e seus membros e para o contexto das realidades locais, criando oportunidades para o fazer em família e incremento de suas relações. Implementa processos de realização de atividades em família por meio das quais seja valorizada a constituição de relações de interdependência e a consolidação de laços afetivos e sociais, de modo a estimular, manter e/ou ampliar a sua capacidade protetiva.

As atividades em grupo, realizadas pela equipe multidisciplinar, são elaboradas mensalmente, tendo sempre temas relevantes para o público atendido. A equipe atua junto às famílias em Rodas de Conversa, Palestras e Encontros/Reuniões de Integração, com o objetivo de valorizar os saberes, os modos de vida e os laços familiares e de apoio já existentes, oferecendo oportunidade para pessoas, famílias, grupos ou comunidades vivenciarem experiências de autovalorização; informa acerca dos direitos e deveres da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo; valoriza os potenciais da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo; fomenta a importância de ações inclusivas; propicia o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de proporcionar espaço de escuta para que as famílias expressem suas dificuldades, soluções encontradas e demandas, de modo a construir conjuntamente soluções e alternativas para as necessidades e os problemas enfrentados.

As ações desse Centro prevêm, não só o fortalecimento de vínculos, mas, a ampliação da rede de pessoas com quem as famílias e os usuários convivem, além de contribuir com o processo de emancipação das famílias e dos usuários. O Centro trabalha, ainda, com Atendimento Psicossocial, em parceria com Escolas Regulares (municipais e estaduais), Unidades de Saúde municipais e com a Rede Socioassistencial (CRAS, CREAS, MP, CAPS, CAPSi), atendendo às demandas dos usuários que tem seus direitos violados, identificando as denúncias, realizando visitas domiciliares e fazendo os devidos encaminhamentos.

Nesse Centro, também, são atendidos usuários que se encontram com vínculos rompidos, encaminhados pela Rede Socioassistencial do município, oriundos de Casas de Acolhimento e também de Residências de Longa Permanência, com o intuito de estimular e desenvolver atividades que permitam a convivência em grupo, cuidados pessoais, fortalecimento das relações sociais, apoio e orientação aos cuidadores, acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência.

Metodologia de trabalho do Serviço Socioassistencial durante o contexto da pandemia de COVID-19:

Como estratégia de atendimento, acompanhamento e suporte aos usuários e familiares, a equipe executa atividades envolvendo recursos tecnológicos, como forma de promover a convivência on-line e a inclusão digital dos atendidos. Foram adotados, como principais recursos a transmissão de vídeo-oficinas, por meio das redes sociais, como whatsapp e Zoom.

6. SÍNTESE DA PROPOSTA

6.1. Objeto

Cooperação técnica e financeira para melhoria do acolhimento e manutenção do atendimento com qualidade aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo do SCFV pela APAE de Vitória, com extensão às famílias, cujos recursos destinam-se à aquisição de materiais permanentes (aparelhos de ar condicionado e aparelho telefônico celular) e pagamento de despesas para manutenção dos serviços.

6.2. Objetivo geral

Aquisição de materiais permanentes (aparelhos de ar condicionado e aparelho telefônico celular), com vistas a ampliar o repertório de recursos para a execução das oficinas, e o pagamento de despesas para manutenção dos serviços ofertados pelo SCFV e oportunizar ao público atendido maior qualidade no atendimento.

6.3. Objetivos específicos

- Possibilitar às pessoas com deficiência e seus familiares a realização de atividades significativas, facilitadoras de trocas sociais e afetivas, na família e na comunidade;
- Desenvolver atividades que apoiem a pessoa com deficiência no desenvolvimento de suas atividades da vida cotidiana, valorizando seus pontos de vista e conhecimentos;
- Realizar acompanhamento familiar para a construção do processo de valorização das pessoas com deficiências, por meio da expressão e reconhecimento de suas histórias de vida familiar e individual, e da valorização da memória familiar e das relações intergeracionais.
- Propiciar espaços de atendimento que proporcionem conforto e bem-estar aos usuários e famílias.
- Manter a oferta de serviços de forma remota, através de teleatendimentos e vídeo-oficinas.
- Pagar a prestação de serviços contábeis terceirizado, conforme contrato.

6.4. Público beneficiário da proposta

230 pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo, participantes das atividades de fortalecimento de vínculos do Centro de Assistência e suas famílias.

6.5. Justificativa

Dados do Relatório Mundial sobre a Deficiência (2012) apontam que, em todo o mundo, pessoas com deficiência apresentam as piores perspectivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação econômica menor e taxas de pobreza mais elevadas, em comparação às pessoas sem deficiência. Para muitas pessoas com deficiência, assistência, defesa e garantia de direitos já assegurados e suporte são pré-requisitos para a sua participação na sociedade.

A falta de serviços de assistência necessários pode fazer com que estas pessoas se tornem extremamente dependentes de suas famílias, impedindo que ambas as partes se tornem economicamente ativas e socialmente incluídas. Em todo o mundo, pessoas com deficiência não têm as suas necessidades de suporte totalmente satisfeitas, sendo que, em alguns países, os serviços de assistência ainda não são parte central das políticas voltadas às pessoas com deficiência, e há muitas lacunas com relação a estes serviços em todos os lugares.

Neste sentido, faz-se necessário o desenvolvimento de ações que se caracterizem pelo acolhimento das demandas trazidas por estas famílias com pessoas com deficiência, colocando em discussão suas dificuldades, suas experiências e suas necessidades, mas, reforçando o lugar de protagonistas e de cidadãos que cada um deve ocupar e, também, o que rege o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 06 de julho 2015), em seu artigo 14º, Parágrafo único:

O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

A partir deste panorama, o Centro de Convivência da APAE de Vitória acredita ser de extrema importância o desenvolvimento de ações para a orientação, suporte e atendimento aos usuários e suas famílias, como forma de auxiliá-los na reorganização de suas vidas social e familiar, de modo saudável, favorecendo a inclusão social, a defesa e garantia de direitos que lhe são pertinentes enquanto pessoas prioritárias da Política de Assistência Social, na qual está contemplado o direito a convivência familiar e comunitária com foco no fortalecimento de vínculos.

Para garantir tais ações, a sustentabilidade e a manutenção desse Centro de Convivência, e entendendo que a inclusão não é responsabilidade exclusiva da instituição, mas, o resultado de uma intervenção intersetorial e da articulação de políticas comprometidas com o acesso a direitos sociais e as seguranças alicerçadas pelas SUAS, justifica-se esta parceria, que será voltada à adequação do espaço físico e à aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais ao desenvolvimento das atividades ofertadas no Centro, através das oficinas que trabalham a potencialidade, a autonomia, o fortalecimento de vínculos nas relações familiares e comunitárias e a inclusão destes usuários na sociedade.

Atualmente, as nossas principais demandas para a manutenção dos serviços são:

Aquisição de aparelho de ar condicionado para sala de qualificação profissional

Dentre as atividades ofertadas no Centro de Assistência está o Programa Profissionalizante que há anos executa atividades que tem por objetivo capacitar, preparar, incluir e acompanhar os usuários no mundo do trabalho.

Em 2019, a APAE de Vitória firmou parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e também com a empresa Pelicano S/A, ofertando o curso de Assistente Administrativo há 20 usuários do Programa Profissionalizante, nas dependências da APAE, de segunda à sexta-feira, no período vespertino.

O curso foi uma experiência nova para os usuários e suas famílias, sendo perceptível por todos da equipe que os mesmos se sentem motivados e valorizados, o que contribui no fortalecimento de sua autonomia, refletindo na elevação da autoestima. Diante do sucesso dessa primeira turma, o contrato de parceria foi renovado e teremos uma nova turma.

Durante a execução do curso, em 2019, algumas necessidades foram identificadas e, visando à melhoria da oferta das atividades desenvolvidas e o bem-estar dos usuários e da equipe envolvida na execução do curso, propomos a aquisição de **um aparelho de ar condicionado**, a ser instalado na sala onde é executado o curso.

Aquisição de aparelho de ar condicionado para a sala de Atividades de Vida Diária – AVD

A Sala de AVD da APAE de Vitória foi construída em 2013, resultado de parceria entre a instituição e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitória (CONCAV), através do Fundo da Infância e Adolescência - FIA , além de empresas privadas como a VALE e a Móveis Conquista.

A Sala de AVD/Laboratório de Análise e Treino Funcional das Atividades da Vida Diária é um espaço similar ao ambiente doméstico, com sala, quarto, cozinha e banheiro, todo adaptado, especialmente pensado e desenvolvido por Terapeutas Ocupacionais para avaliação, indicação, prescrição, estimulação, treinamento e orientação nas Atividades da Vida Diária- AVDs (Atividades que são orientadas para o cuidado do indivíduo com seu próprio corpo), e as Atividades Instrumentais da Vida Diárias - AIVDs (Atividades que apóiam a vida diária dentro de casa e na comunidade que, frequentemente requer maior complexidade de interações do que o autocuidado usado nas AVDs), conferindo maior independência aos atendidos.

Visando garantir conforto, bem-estar e redução dos problemas relacionados ao clima seco e umidade excessiva, propomos a aquisição de um **aparelho de ar condicionado** para a climatização da sala de treino de AVD's.

Aquisição de aparelho de ar condicionado para sala de Música:

Dentre as atividades desenvolvidas hoje no Centro de Assistência está a Oficina de Música, ministrada por uma Musicoterapeuta, que além de utilizar a música como elemento de interação entre os usuários, acompanha e intervêm junto à Banda de Congo formada pelos usuários do Centro de Assistência.

Visando o conforto térmico (temperatura e ventilação adequada para o bem-estar humano) durante as atividades desenvolvidas na Oficina de Música, propomos a aquisição de um **aparelho de ar condicionado** para a sala onde a Oficina é executada. O clima agradável proporcionará a diminuição do estresse, mantendo os usuários mais animados e produtivos.

Aquisição de aparelho de ar condicionado para Auditório

A instituição possui em suas dependências um auditório com capacidade de atender 40 pessoas. Em sua estrutura temos cadeiras, computador, projetor e equipamento sonoro, que são utilizados durante Palestras, Reuniões e Rodas de Conversa com as famílias ou mesmo na exibição de filmes para os usuários.

Visando o bem-estar dos usuários, famílias e equipe e ainda como medida de redução no consumo de energia, propomos a **substituição do aparelho de ar condicionado** instalado nessa sala, pois o mesmo é de um modelo antigo, que com o decorrer dos anos apresenta desgaste e diminuição da eficiência.

Aquisição de aparelho telefônico celular

Considerando as medidas adotadas pelo Governo do Estado, pelo município de Vitória e pelo Conselho Municipal de Assistência de Vitória, as atividades presenciais do SCFC foram suspensas a partir de 20/03/2020, conforme Decreto Municipal nº 18.047 e Nota Recomendatória para as entidades de Assistência Social – Coronavírus (COVID-19), do COMASV, ambos da mesma data.

Diante da importância do trabalho social essencial prestado aos usuários do SCFC, os atendimentos foram mantidos por meio de atividades remotas, com o auxílio de um aparelho telefônico celular, disponibilizado pela instituição, para realização dos teleatendimentos, utilizado por toda a equipe.

Para o melhor desempenho das atividades e, visando contemplar os usuários em suas especificidades, propomos a aquisição de **um aparelho telefônico celular**, a ser utilizado pela equipe técnica nos teleatendimentos e vídeo-oficinas, com vistas a complementar e a abranger um quantitativo maior de usuários e estimular nosso público a operar os recursos tecnológicos.

Pagamento da prestação de serviços de contabilidade

A despesa fixa da instituição referente aos serviços de contabilidade, com escrituração contábil, fiscal, folhas de pagamento, controle de impostos, rescisões contratuais, férias, emissão de RPA, são realizados de acordo com as datas pré-estabelecidas ou demandas apresentadas pela instituição. Auxilia, ainda, em todas as demandas relativas à faturação e prestação de contas de convênios e congêneres com o poder público, entre outros, de acordo com as exigências das Normas Contábeis Brasileiras.

Propomos o pagamento da prestação de serviços pelo escritório contábil da APAE de Vitória.

6.6. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal
Ana Paula Cunha Nascimento	Terapia Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	30h
Ana Paula de Araujo Braga	Psicologia	Psicóloga	30h
Fernanda Alvarenga Silva Rios	Terapia Ocupacional	Coord. do Centro de Assistência	20h
Elisabeth André Pantaleão	Pedagogia	Inspetora	40h
Kely C. Pinheiro Athayde	Serviço Social	Assistente Social	30h
Ladenir da Penha S. Vitória	Ensino Médio Completo	Agente Educador	40h
Larissa de Oliveira Rocha	Ensino Médio Completo	Auxiliar Administrativo	40h
Luciano Coutinho Cardoso	Artes	Artista Plástico/Arte Terapeuta	30h
Milene Sanson de Rezende	Musicoterapia	Musicoterapeuta	30h
Rafael Pereira Correa	Superior Incompleto	Agente Educador	40h
Vitor Cratz Oliveira	Educação Física	Educador Físico	40h

6.7. Metodologia para avaliação do grau de satisfação do usuário

A equipe técnica do Centro de Convivência realizará reuniões avaliativas bimestrais com os usuários e as famílias, buscando *feedback* com relação ao serviço e propostas para atendimentos futuros. Também será disponibilizada uma urna, para que sejam depositadas pesquisas anônimas de satisfação e sugestões. Por solicitação da SETADES serão elaborados relatórios de execução das ações deste Plano de Trabalho. Após o término do projeto, será elaborado relatório final de todas as atividades realizadas, com registros fotográficos e informativos.

6.8. Sustentabilidade da proposta

Finalizada a execução do projeto, a instituição promoverá ações para captar recursos para manutenção das atividades desenvolvidas e buscará novas parcerias com o poder público e o setor privado.

6.9. Período de execução do objeto

Início: AGOSTO/2021	Término: JULHO/2022
---------------------	---------------------

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Meta 1: Continuidade da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que integra o Programa “Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção da sua Integração à vida Comunitária para atendimento de pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade e risco social	Valor (R\$): --
<ul style="list-style-type: none">▪ Nº de pessoas com deficiência atendidas pelo SCFV;▪ Atividades, Ações e Atendimentos ofertados aos usuários pelo SCFV;▪ Grau de Satisfação dos usuários e familiares atendidos pelo SCFV;▪ Condições de trabalho adequada dos profissionais para atendimento aos usuários;▪ Estrutura coerente com os atendimentos e atividades a serem desenvolvidas.	
Metodologia de execução: <p>O serviço será prestado diariamente, por equipe multiprofissional que compõe o SCFV, composta por técnicos, educadores sociais, administrativo e apoio.</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Acolhida dos usuários e família.▪ Planejamento e organização das atividades e ações do SCFV.▪ Oferta diária dos atendimentos, atividades e ações do SCFV.▪ Direcionamento dos usuários para os atendimentos, ações e atividades do SCFV.▪ Monitoramento e avaliação do serviço prestado pela equipe do SCFV que incorpora o Programa “Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção da sua Integração à vida Comunitária”.▪ Pesquisa de satisfação conforme metodologia descrita no tópico 6.7 deste plano.▪ A Coordenação Administrativa do SCFV juntamente com o responsável técnico pelo projeto da parceria a ser celebrada elaborará relatório (s) referente aos atendimentos, ações e atividades executadas com os usuários e suas respectivas famílias no SCFV,	

incluindo registro fotográfico.			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
1.1. Planejamento e organização da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	--	Agosto/2021	Julho/2022
1.2. Oferta contínua dos atendimentos, atividades e ações do SCFV	--	Agosto/2021	Julho/2022
1.3. Pesquisa de grau de satisfação dos usuários	--	Agosto/2021	Julho/2022
1.4. Elaboração de Relatório das Atividades, Ações e Atendimentos executados pelo SCFV	--	Agosto/2021	Julho/2022

Meta 2: Equipar a sala de qualificação profissional com 01 aparelho de ar condicionado , proporcionando conforto e bem-estar a 25 usuários diretamente e indiretamente 230 usuários.	Valor (R\$): 3.449,35
--	------------------------------

Indicador(es):

- Nº de materiais permanentes adquiridos;
- Nº de usuários participantes das capacitações executadas na Sala de Qualificação Profissional;
- Percentual de assiduidade e frequência dos participantes;

Metodologia de execução:

- Será realizada cotação de preços e, posteriormente, a aquisição do material permanente;
- Com a sala devidamente organizada, serão ministradas capacitações, para atendimento a grupos de usuários (aproximadamente 25 pessoas por grupo). As referidas capacitações serão ofertadas de segunda a sexta-feira, no turno vespertino, no horário de 13:00 às 17:00;
- Haverá o registro fotográfico das atividades executadas na Sala de Qualificação Profissional;

Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 2, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento e em cumprimento à prestação de contas final da parceria.

Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
2.1. Aquisição de equipamento	3.449,35	Agosto/2021	Julho/2022
2.2. Instalação de equipamento		Agosto/2021	Julho/2022
2.3. Execução de Capacitação na Sala de Qualificação Profissional		Agosto/2021	Julho/2022
2.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria		Agosto/2021	Julho/2022

Meta 3: Equipar com 01 aparelho de ar condicionado a sala de Atividades de Vida Diária – AVD, proporcionando conforto e bem-estar a 230 usuários.	Valor (R\$): 2.394,60
Indicador(es):	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de materiais permanentes adquiridos; 	

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de usuários participantes da Oficina de AVD; ▪ Percentual de assiduidade e frequência dos participantes; 			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Será realizada cotação de preços e, posteriormente, aquisição e instalação do material permanente; ▪ Com o aparelho devidamente instalado, serão ministradas as Oficinas por 01 Terapeuta Ocupacional, para atendimento a grupos de usuários (aproximadamente 12 pessoas por grupo). As referidas oficinas serão ofertadas de segunda a quinta-feira, em ambos os turnos (matutino e vespertino), nos horários de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00; ▪ Haverá o registro fotográfico das atividades de treino executadas na Oficina de AVD; ▪ Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 3, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento e em cumprimento à prestação de contas final da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
3.1. Aquisição de equipamento	2.394,60	Agosto/2021	Julho/2022
3.2. Instalação do equipamento		Agosto/2021	Julho/2022
3.3. Execução da Oficina de AVD		Agosto/2021	Julho/2022
3.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria		Agosto/2021	Julho/2022

Meta 4: Equipar com 01 aparelho de ar condicionado a sala de Música, proporcionando conforto e bem-estar a 230 usuários.		Valor (R\$): 6.333,33	
Indicador(es): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de materiais permanentes adquiridos; ▪ Nº de usuários participantes da Oficina de Música; ▪ Percentual de assiduidade e frequência dos participantes; 			
Metodologia de execução: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Será realizada cotação de preços e, posteriormente, aquisição e instalação do material permanente; ▪ Com o aparelho devidamente instalado, serão ministradas as Oficinas por 01 Musicoterapeuta, para atendimento a grupos de usuários (aproximadamente 12 pessoas por grupo). As referidas oficinas serão ofertadas de segunda a quinta-feira, em ambos os turnos (matutino e vespertino), nos horários de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00; ▪ Haverá o registro fotográfico das atividades de fortalecimento de vínculos executadas na Oficina de Música; ▪ Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 4, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento e em cumprimento à prestação de contas final da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
4.1. Aquisição do equipamento	6.333,33	Agosto/2021	Julho/2022
4.2. Instalação do equipamento		Agosto/2021	Julho/2022

4.3. Execução da Oficina de Música		Agosto/2021	Julho/2022
4.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria		Agosto/2021	Julho/2022
Meta 5: Substituir o aparelho de ar condicionado do Auditório, para a realização de palestras, rodas de conversa, seminários e conferências, proporcionando conforto e bem-estar a 230 usuários/famílias.		Valor (R\$): 6.333,33	
Indicador (es):			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de materiais permanentes adquiridos; ▪ Nº de atividades desenvolvidas no Auditório; ▪ Percentual de assiduidade e frequência dos participantes; 			
Metodologia de execução:			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Será realizada cotação de preços e, posteriormente, aquisição e instalação do material permanente; ▪ Com o aparelho devidamente instalado, serão desenvolvidas atividades (Palestras, Rodas de Conversa, Conferências) em grupo pela equipe do Centro de Assistência (aproximadamente 40 pessoas por grupo) para usuários e famílias. As referidas atividades serão ofertadas de segunda a quinta-feira, em ambos os turnos (matutino e vespertino), nos horários de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00; ▪ Haverá o registro fotográfico das atividades de fortalecimento de vínculos executadas no Auditório; ▪ Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 5, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento e em cumprimento à prestação de contas final da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
5.1. Aquisição do equipamento	6.333,33	Agosto/2021	Julho/2022
5.2. Instalação do equipamento		Agosto/2021	Julho/2022
5.3. Execução das atividades no Auditório		Agosto/2021	Julho/2022
5.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria		Agosto/2021	Julho/2022

Meta 6: Adquirir 01 aparelho telefônico celular , tendo em vista a melhoria do desempenho geral do trabalho.	Valor (R\$): 1.879,07
Indicador(es):	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nº de atendimentos realizados; 	
Metodologia de execução:	

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Será realizada cotação de preços e, posteriormente, a aquisição do aparelho; ▪ Com o aparelho adquirido, serão realizados os teleatendimentos e vídeo-oficinas; ▪ Haverá o registro fotográfico das atividades de fortalecimento de vínculos pelo atendimento técnico; ▪ Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 6, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento e em cumprimento à prestação de contas final da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
6.1. Aquisição do aparelho	1.879,07	Agosto/2021	Julho/2022
6.2. Execução dos teleatendimentos e vídeo-oficinas		Agosto/2021	Julho/2022
6.3. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria		Agosto/2021	Julho/2022

Meta 7: Pagar a prestação de serviços do escritório contábil terceirizado, durante período de quatro meses, conforme contrato.		Valor (R\$): 25.080,00	
Indicador(es):			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução de serviços contábeis. 			
Metodologia de execução:			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recebidas as notas fiscais do escritório de Contabilidade, será efetuado seu pagamento; ▪ Também serão elaborados relatórios informativos sobre a execução da meta 7, por solicitação da SETADES, no período de monitoramento, e em cumprimento à prestação de contas final da parceria. 			
Etapas/atividades	Valor (R\$)	Período de Execução	
		Início	Término
7.1. Recebimento das Notas Fiscais	25.080,00	Agosto/2021	Julho/2022
7.2. Pagamento das Notas Fiscais		Agosto/2021	Julho/2022
7.3. Execução das oficinas sócio-ocupacionais e atendimentos técnicos		Agosto/2021	Julho/2022
7.4. Elaboração de relatórios informativos para atendimento ao monitoramento e prestação de contas final da parceria.		Agosto/2021	Julho/2022

8. PLANO DE APLICAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	CONCEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
3.3.50.43	Material de consumo			
	Serviços de terceiros – pessoa física			
	Serviços de terceiros – pessoa jurídica	25.000,00	80,00	25.080,00

	Equipe encarregada pela execução			
4.4.50.42	Equipamentos e materiais permanentes	20.000,00	389,68	20.389,68
TOTAL		45.000,00	469,68	45.469,68

8.1 Detalhamento das despesas

8.1.1. Material de consumo (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.2 Serviços de terceiros – pessoa física (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.3 Serviços de terceiros – pessoa jurídica (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Singular Contábil	un	4 meses	6.270,00	25.080,00
Subtotal				25.080,00

8.1.4 Equipe encarregada pela execução (3.3.50.43)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Subtotal				

8.1.5 Equipamentos e materiais permanentes (4.4.50.42)

Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Ar condicionado para a Sala de Qualificação Profissional				
Ar condicionado Split 24.000 BTU	un	01	3.449,35	3.449,35
Subtotal				3.449,35
Ar condicionado para a Sala de AVD				
Ar condicionado Split 18.000 BTU	un	01	2.394,60	2.394,60
Subtotal				2.394,60
Ar condicionado para a Sala de Música				
Ar condicionado Split 36.000 BTU	un	01	6.333,33	6.333,33
Subtotal				6.333,33
Ar condicionado para a Sala de Música				
Ar condicionado Split 36.000 BTU	un	01	6.333,33	6.333,33
Subtotal				6.333,33

Aparelho telefônico celular para atendimento técnico				
Aparelho telefônico celular 64GB	un	01	1.879,07	1.879,07
Subtotal				1.879,07
Subtotal				20.389,68

TOTAL GERAL (8.1.1 + 8.1.2 + 8.1.3 + 8.1.4 + 8.1.5)	45.469,68
--	------------------

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$)

REPASSE(S) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/2021	Jan/2022
45.000,00					
Fev/2022	Mar/2022	Abr/2022	Mai/2022	Jun/2022	Jul/2022

APORTE(S) DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL					
Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/2021	Jan/2022
469,68					
Fev/2022	Mar/2022	Abr/2022	Mai/2022	Jun/2022	Jul/2022

10. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil (OSC) proponente**, declaro, para fins de prova junto a **Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES)**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que:

- A OSC garante a gratuidade e a universalidade em todos os seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme artigo 6º, III, da Resolução nº14, de 15 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social;
- A OSC não se enquadra em nenhuma das condições de impedimento dispostas no artigo 39 da Lei nº 13.019/2014;
- Se o termo de fomento tiver como um de seus objetos a compra de veículo, a OSC será responsável pelo custeio de seguro do respectivo bem;
- Todos os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa OSC foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional;
- Quando for proposta contrapartida, a OSC garante que os respectivos recursos, bens ou serviços indispensáveis a esta contrapartida estarão devidamente assegurados.

Nos termos em que pede e espera deferimento.

Em de de 2021.

Hércules da Silva Falcão
 Presidente

11. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

APROVA-SE O PLANO DE TRABALHO, O QUAL DEVE SER ANEXADO AO TERMO DE FOMENTO ASSINADO.

Vitória (ES) Em de de .

Assinatura do Representante Legal/Carimbo

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
SECRETARIO DE ESTADO
SETADES - SETADES - GOVES
assinado em 20/08/2021 11:14:07 -03:00

HÉRCULES DA SILVA FALCÃO
CIDADÃO
assinado em 20/08/2021 09:57:23 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 20/08/2021 11:14:08 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (SUPERVISOR I QC-01 - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-L523L2>

Vitória (ES), segunda-feira, 23 de Agosto de 2021.

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ORDEM DE FORNECIMENTO N.º 042/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 008/2021- SEJUS
PROCESSO N.º 2021-T0CH8

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.

CONTRATADA: SC COSTA & SILVA COMERCIO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI

OBJETO: Registro de preços para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS - DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO

VALOR UNITÁRIO:

LOTE 1	DESCRIÇÃO	VALOR
01	mini disjuntor 63A	R\$40,67
03	mini disjuntor bipolar 80A	R\$63,38
05	mini disjuntor termo-magnético bipolar 16A	R\$16,24
07	minidisjuntor termo-magnético bipolar 25A	R\$16,24
08	minidisjuntor termo-magnético bipolar 32A	R\$16,24
10	minidisjuntor termo-magnético bipolar 50A	R\$19,09
11	minidisjuntor termo-magnético mono 20A	R\$4,48
12	minidisjuntor termo-magnético mono 25A	R\$4,48
13	minidisjuntor termo-magnético mono 32A	R\$4,48
15	minidisjuntor termo-magnético mono 50A	R\$7,25
18	minidisjuntor termo-magnético mono 80A	R\$10,28
19	Minidisjuntor termo-magnético tri 100A	R\$188,56
20	minidisjuntor termo-magnético tri 125A	R\$192,41
21	minidisjuntor termo-magnético tri 16A	R\$23,81
23	Minidisjuntor termo-magnético tri 25A	R\$23,81
24	minidisjuntor termo-magnético tri 32A	R\$23,81
26	minidisjuntor termo-magnético tri 50A	R\$32,21
27	minidisjuntor termo-magnético tri 63A	R\$40,46
29	Minidisjuntor termo-magnético tri 80A	R\$83,02
31	Rele bimetalico 63A	R\$193,91
32	rele de falta de fase	R\$73,25
33	rele de tempo eletrônico 0.6-seg	R\$55,94
34	rele fotoelétrico	R\$21,28
35	rele térmico 380V	R\$114,34
36	pressostato ajustável	R\$273,33
37	rele de sobrecarga bimetalico	R\$86,48
38	contador auxiliar 2NA + 2NF	R\$64,45
39	contador 16A - 2NA + 2NF	R\$147,02
40	contador tripolar *22* A	R\$137,73
41	contador corrente de *38* A	R\$286,27
43	contatora potencia 220V 25A	R\$154,51
46	disjuntor termo-magnético tri 100A 250A	R\$716,29
49	Disjuntor termo-magnético tri 150 A	R\$286,89
52	dispositivo DPS 175V *20* KA	R\$49,39
54	dispositivo DPS 175V *45* KA	R\$71,08
56	dispositivo DPS 275V *20* KA	R\$51,47
58	dispositivo DPS 275V *458 KA	R\$76,00
63	dispositivo DR 100A	R\$195,04
64	dispositivo DR 63A	R\$196,48

65	dispositivo DR 80A	R\$196,48
68	Manômetro *10* KGF/CM2	R\$106,14
70	automático de boia	R\$24,45
VALOR TOTAL:		R\$ 111.094,55

SILVANO JOSÉ DE SOUZA MAGNO FILHO
Subsecretário de Estado de Planejamento e Controle
Protocolo 702382

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 060/2017.

CONVENIENTE: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA.

CONVENIADA: HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO AVIDOS - HMSA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Convênio n.º **060/2017** por mais 12(doze) meses, a contar do dia **22/12/2021** para a consecução da execução de seu objeto; alterar a redação do item 6.1 da **CLÁUSULA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO.**

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas todas as cláusulas e condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

PROCESSO 2020-VQZK

Vitória, 20 de agosto de 2021.

ROBERTA FERRAZ BARBOSA SILVA
 SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO/SEJUS.

Protocolo 702493

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social - SETADES -

Resumo do Termo de Fomento SETADES/028/2021

Processo n.º: 2021-X7H9D

Registro SIGEFES: 210148

Administração Pública: Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social.

Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Vitória - APAE Vitória.

Objeto: Cooperação técnica e financeira para melhoria do acolhimento e manutenção do atendimento com qualidade aos usuários com deficiência intelectual e/ou múltipla e/ou autismo do SCFV pela APAE de Vitória, com extensão às famílias, cujos recursos destinam-se à aquisição de materiais permanentes (aparelhos de ar condicionado e aparelho telefônico celular) e pagamento de despesas para manutenção dos serviços.

Valor: R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), de repasse da Administração Pública, provenientes das Emendas Parlamentares n.ºs. 241 e 256, da LOA 2021, e R\$469,68 (quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) de recursos próprios da OSC.

Vigência: a partir do primeiro dia subsequente ao da publicação até 31/07/2022.

Dotação Orçamentária: 47.901.08.244.0191.2239
Elemento de Despesa: 3.3.50.43 - R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e 4.4.50.42 - R\$20.000,00 (vinte mil reais) **Fonte:** 101

Gestor Titular: Servidora Simone Pereira de Assis Wasem - matrícula nº. 371273.

Gestor Suplente: Servidora Carliza Pereira Pinto - matrícula nº. 3371387.

Vitória, 20 de agosto de 2021.

Cyntia Figueira Grillo

Secretária de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

Protocolo 702897

Secretaria de Estado da Cultura - SECULT -

PORTARIA Nº 008-R, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Approva a 3ª alteração de Quadro de Detalhamento de Despesa da Secretaria de Estado da Cultura.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 98, inciso II da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 25 da Lei nº 11.168, de 16 de setembro de 2020 e na Lei nº 11.231, de 06 de janeiro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Proceder na forma dos Anexos I e II a esta Portaria a 3ª alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa, publicado em conformidade com a Portaria SEP nº 002-R, de 08 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRICIO NORONHA FERNANDES

Secretário de Estado da Cultura

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO					RS\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
40101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
13.392.0043.2303	PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE E DIFUSÃO CULTURAL				
	Auxílios	4.4.50	0101	25.000	
TOTAL					25.000

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO II - ANULAÇÃO					RS\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
40101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA				
13.392.0043.2303	PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE E DIFUSÃO CULTURAL				
	Auxílios	4.4.40	0101	25.000	
TOTAL					25.000

Protocolo 702918

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

PORTARIA nº 016-R, DE 19 DE AGOSTO DE 2021.

Approva a 11ª alteração de Quadro de Detalhamento de Despesa da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.

O **SUBSECRETÁRIO DE ESTADO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso da delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria SEAG nº 017-S, de 20 de março de 2017, publicada

no DOE de 22 de março de 2017, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 25 da Lei nº 11.168, de 16 de setembro de 2020 e na Lei nº 11.231, de 06 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Proceder na forma dos Anexos I e II a esta Portaria a 11ª alteração do Quadro de Detalhamento de Despesa, publicado em conformidade com a Portaria SEP nº 002-R, de 08 de janeiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO					RS\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
31.000	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA				
31.101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA				
20.608.0038.1065	APOIO À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E À GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO, PESQUEIRO E AQUÍCOLA				
	Contribuições	3.3.50	0301	511.287,71	
TOTAL					511.287,71

QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA - ANEXO II - ANULAÇÃO					RS\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR	
31.000	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA				
31.101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA				
20.608.0038.1065	APOIO À ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS E À GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO, PESQUEIRO E AQUÍCOLA				
		3.3.90	0301	511.287,71	
TOTAL					511.287,71

Protocolo 702537

RESUMO DE TERMO DE ADESÃO

Contrato n.º 019/2017

Pregão Eletrônico nº 027/2016

Processo Nº SEGER:2020-V781R

Contratante: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER.

Contratada: TICKET GESTÃO EM MANUTENÇÃO E ZC S/A, CNPJ/MF n.º 080.273.364/0001-57

Órgão Adeso: Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG.

Processo Nº SEAG: 2021-B53FK

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO GERENCIAMENTO DE TRANSAÇÕES COMERCIAIS COM REDE DE EMPRESA CREDENCIADAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COMPREENDENDO A REALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS OPERACIONAIS. TODAS AS TRANSAÇÕES DEVEM SER OPERACIONALIZADAS POR MEIO DE CARTÃO MAGNÉTICO, MICROPROCESSADO OU TECNOLOGIA SUPERIOR, INDIVIDUALIZADO POR VEÍCULO, POR INTERMÉDIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO VIA WEB, PRÓPRIO DA CONTRATADA

Dotação Orçamentária:

Nº do Empenho: 2021NE00991 e 2021NE00992

Atividade: 31.101.20.122.0800.2070

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.19

Fonte: 0101000000

Taxa de administração: (-) 15,00%



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 23/08/2021 09:47:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por PAULA BORGIO DE CASTRO (SUPERVISOR I QC-01 - CCONV - SETADES - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-6LM5JC>